

Pressões espúrias

Como na história conhecida, a Câmara dos Deputados acaba de tirar o sofá, a ver se doravante tudo entra nos eixos: decidiu que o *jeton* só será descontado, apenando os parlamentares que não comparecerem às sessões, quando houver pedido de verificação nominal, no plenário. Em outras palavras, não havendo *amigo-da-onça* que solicite tal verificação, quem faltar continuará a embolsar tranquilamente uma gratificação a que não tem direito, pois foi instituída para remunerar apenas os congressistas que efetivamente dêem presença a fim de trabalhar no exercício do mandato que pleitearam e lhes foi concedido pelo povo.

Não é assim que o Legislativo haverá de moralizar-se, invertendo a tendência para o desprestígio que o acomete, por um sem-número de episódios como esse, de aquinhoar com o *jeton* os responsáveis pelos plenários vazios que têm sido amplamente fotografados e divulgados na imprensa, para perplexidade geral. Não se paga (com dinheiro do contribuinte) pouco a senadores e deputados. Ao contrário. Cada um deles aufera, no desempenho da função, entre par-

celas diversas, mais de 30 milhões de cruzeiros por mês. Por que, então, chegar ao extremo de pôr a mão no *jeton*, quando não faça jus a ele?

É o caso de saber se surgirá algum valente que, diariamente, se lembre de solicitar verificação nominal de votação, empenhado em estabelecer o registro da freqüência real na Câmara. Porque desse registro é que deve decorrer a autorização para o *jeton*, de valor nada insignificante, confrontado com o salário mínimo, por exemplo. Foi noticiado que o sr. Ulysses Guimarães, em reunião matutina, voltou atrás na proposta inicial de cortar o *jeton* (112 mil cruzeiros por sessão) somente dos deputados que não comparecessem às votações de terça, quarta e quinta-feira. Ora, mesmo essa proposta não seria satisfatória — e no entanto a resolução aprovada é muito pior. Pois há sessões na segunda e na sexta-feira e, de acordo com o que queria o presidente da Câmara, é lícito entender que os parlamentares que dessem o ar de sua graça naquele tríduo do meio da semana se beneficiariam com a gratificação nos dois dias que se colocam no começo e no final dos

cinco úteis em cada sete. E não se teria eliminado, portanto, a irregularidade de pagar o indevido. Contudo, nos termos da decisão malsinada, não se comprova a falta, será dada presença; e tudo continuará como dantes. É o cúmulo!

Não é assim que o Poder Legislativo se reabilitará perante a opinião pública. Vale notar que qualquer aventura que vise a suprimir a liberdade o transforma em alvo predileto do *fechamento* do regime. No curso da História, a supressão das liberdades públicas e a derrogação de direitos e garantias individuais que são apanágio da democracia passam pelo garroteamento do Congresso. E evidente que, se ele não se impuser pela rígida moralidade de sua conduta e sucumbir diante de desmandos como os que o vêm acometendo, concorrerá para que o espírito do autoritarismo renove suas forças e se disponha a empreender nova caminhada no rumo do arbítrio. Com que autoridade comissões parlamentares de inquérito funcionarão para apurar a desonestidade exercitada no âmbito do Poder Executivo, se senadores e deputados não se dão o res-

peito e se permitem sancionar um *passa-moleque* como o da resolução que motiva este comentário?

Se os homens a que incumbe a nobre missão de valorizar a ordem jurídica legislam em causa própria e não se envergonham de lançar mão da simulação para auferir uma vantagem indecorosa, que é que se pode esperar do futuro deste país? Se a maioria deles integrar a Assembléia Nacional Constituinte, convocada para reconciliar a Nação com sua vocação de liberdade, ordem e progresso, que é que se pode esperar da futura Lei Magna?

Estas perguntas ficarão no ar até que Câmara e Senado se capacitem das graves responsabilidades que terão de suportar galhardamente, cumprindo sua obrigação de dar exemplo de dignidade e patriotismo. No caminho que estão trilhando, positivamente, ambos vão mal, muito mal. Incorporam-se ao modelo de procedimento por que se vai distinguindo, desgraçadamente, a Nova República — incapaz, como a Velha, de resistir a pressões espúrias, desencadeadas por motivos subalternos, fadados a desmoralizá-la.